



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo n.º 08323860920208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARIA LEONOR MATERAN GRATEROL**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito, eis que o BOLETIM DE OCORRÊNCIA ACOSTADO NÃO INFORMA O NOME DA AUTORA.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que **o boletim de ocorrência não indica em nenhum momento a participação da autora no acidente**, portanto não é possível realizar a correspondência entre o dano suportado e o sinistro de trânsito narrado.

DADOS DO REGISTRO DA OCORRÊNCIA	
BOLETIM Nº 0381/2019	DELEGADO: Fernando Alves da Cruz
DATA: 29-04-2019	ATENDENTE: Gilmar de Oliveira Lima
HORA: 11h30min.	LOCAL, DATA E HORA: Viciat 22, km 18, São Luiz - RR, era 10-64-19, por volta das 20h00min.

DADOS DO COMUNICANTE	
NOME: PM de São Luiz - RR	
END: XXXXXXXXX	

DADOS DA VITIMA 01	
NOME: Rubensson de Nascimento Ribeiro	RG: 303.240-0/RR CPF: pl.
END: Viciat 22, km 20, São Luiz - RR.	
FILIAÇÃO: Reinaldo Ernesto Ribeiro / Maria Antônia de Nascimento Ribeiro	
GRAU DE INST: pl.	APELIDO: Rubensson
COR/IDADE: Parda, 31 anos	PROFISSÃO: Agricultor
DATA DE NASCIMENTO: 26-07-1987	FONE: (95)98803-4184 (mão)
NATURALIDADE: Imperatriz - MA	CNPJ:

DADOS DA INFRAÇÃO	
COD. INFR.	INFRAÇÃO
	QUALIFICAÇÃO
	A TIPIFICAR

BREVE RELATO DOS FATOS: Através do ROP PM nº SL100419 foi comunicado um acidente de trânsito ocorrido na VIC. 22, KM 18, município de São Luiz - RR, envolvendo duas motocicletas, tendo como vítima fatal o Sr. RUBENESSON DE NASCIMENTO RIBEIRO; QUE o veículo pilotado pela vítima era uma motocicleta HONDA NXR160 BROSEDD ANO/FAB 2016/2016, PLACA PH1-1257, CHASSI 9C2KD0810GR466582, DE COR BRANCA, sendo propriedade da vítima; QUE o veículo em que a vítima pilotava sofreu uma colisão frontal com outra motocicleta; QUE as equipes de Perícia e IML foram acionadas através da central CIOPS, onde efetuaram perícia e remoção do corpo. É o breve relato.

Maria Antônia de Nascimento Ribeiro
COMUNICANTE

[Assinatura]
ATENDENTE

Assim, verifica-se que a parte Autora deixou de apresentar **documento imprescindível para comprovação da ocorrência do acidente e do nexo de causalidade**.

Essa prova documental incumbe à parte autoral, não só em função do que consta expressamente na lei específica, supratranscrita, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373 do CPC.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

DO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO

Perceba que toda documentação médica carreada aos autos encontram-se datadas em 11/04/2019, embora o autor alegue que o acidente ocorreu em 10/04/2019. Logo, é impossível realizar a correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

Ora Exa., como pode o autor só buscar atendimento médico para as supostas fraturas sofridas no dia seguinte do alegado acidente.

FICHA DE ATENDIMENTO		TRAUMATOLOGIA		DIURNO 07-19 22	
Paciente	11/04/2019 12:49:31	Idade	CNS	CPF	Prontuário
MARIA LEONOR MATERAN GRATEROL	21/02/1980	39 A 1 M 19 D			
Tipo Doc	Documento	Estado Civil	Raça/Cor	Naturalidade	Nacionalidade
Mãe	Órgão Emissor Data Emissão	Sexo	PARDA		VENEZUELA
NI		Pai		Contato	
Endereço		NI		38803-4184	
RUA - SN - BOA VISTA - RR				Ocupação	
Class. do Risco					

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

LAUDO INCONCLUSIVO
DAS LESÕES NO ANTEBRAÇO

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente, requerendo em juízo a complementação da indenização do Seguro DPVAT, impugnado o resultado da perícia realizada no momento da regulação administrativa.

Importante frisar que todas as perícias realizadas na esfera administrativa são subscritas por dois médicos especialistas, sendo um profissional responsável pela realização da perícia médica e outro profissional responsável por realizar a revisão da perícia.

Desta forma, após a parte autora ser submetida à perícia, conclui-se pelo pagamento da indenização no importe de R\$ 9.450,00, em total consonância com a Legislação vigente.

Vale ressaltar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório, sendo certo que o mero descontentamento da parte com o resultado da perícia realizada no âmbito administrativo não autoriza a realização de novo exame pericial em sede judicial.

Na instrução processual, o Nobre Magistrado determinou a realização de perícia médica, a fim de apurar eventuais lesões suportadas pela parte Autora, suas respectivas extensões e o nexo de causalidade entre as supostas lesões e o acidente automobilístico narrado na exordial.

Após análise do laudo pericial de fls., realizado pelo i. *expert*, verifica-se que o **referido exame clínico é incapaz de provar o direito à indenização requerida pela parte autora, visto que não INDICA corretamente a LESÃO suportada pelo periciando, VISTO QUE NÃO CONSTA NA TABELA ANTEBRAÇO.**

Na hipótese, o perito **não realiza o devido enquadramento** de eventual lesão sofrida pelo autor de acordo com a tabela anexa à Lei 6.194/74 (alteração pela Lei 11.945/09), a qual estabelece que nos casos de invalidez parcial incompleta, será realizado o enquadramento da perda anatômica ou funcional.

Percebe-se, portanto, que a lesão, bem como a respectiva gradação devem ser enquadradas acertadamente, sob pena de haver enriquecimento ilícito por uma das partes que receberá além do valor previsto em lei, ou mesmo ser uma delas prejudicada com o pagamento por uma lesão menor que a de fato apresentada.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de complementação a indenização à parte autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez apresentado na esfera administrativa subscrita por dois médicos especialistas, visto conforme amplamente demonstrado, o laudo de fls., é **INCONCLUSIVO, pois não indica a corretamente a LESÃO suportada pelo periciando.**

Caso não seja o entendimento de V. Exa., vem a Ré requerer a intimação do ilustre *expert* para o devido enquadramento da lesão apurada conforme Tabela prevista em lei.

AUSÊNCIA DE NEXO
ANTEBRAÇO DIREITO

Embora não devidamente enquadrada a lesão no antebraço, verifica-se que a documentação médica do HOSPITAL GERAL DE RORAIMA NÃO INDICA QUALQUER LESÃO NO ANTEBRAÇO DIREITO DO AUTOR

SOLICITAÇÃO URGENTE DE PARECER

Paciente: Maria Leonor Maternal Graterol Data da Internação (HGR): 11/04/2019
Idade: 39 anos Data da Internação (Bloco D):
Data de Nascimento: 21/02/1980 BLOCO: F Leito: 15

De: Ortopedia Para: Neurologista

Paciente feminina de 39 anos de idade internada desde 11/04/19 vítima de politrauma (TCE, fratura exposta de fêmur + fratura de platô tibial + fratura dos ossos de antebraço esquerdo) decorrente de acidente de trânsito, paciente com queixas de cefaleia intensa e persistente sem melhoria ao tratamento clínico. Foi realizada na entrada sem alterações. Solicito avaliação e conduta com urgência.

Grato

Dr. Osmar O. D. Silva
Médico Especialista
Ortopedia e Traumatologia
CRM 123.456

Assim, resta evidente que **a lesão identificada no laudo no ANTEBRAÇO DIREITO não possui nexo com o acidente.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

DA AUSÊNCIA DE AGRAVAMENTO

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.

É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 6 de maio de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR